

Relatório da administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores

Senhores Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Xingu registrou em 31 de dezembro de 2012 perda operacional de R\$ 130.005. Do mesmo modo, registrou resultado financeiro negativo foi de R\$ 75.881. Com isso, o prejuízo do exercício de 2012 foi de R\$ 135.885, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria, uma vez que a Companhia se encontra em fase pré-operacional. A Companhia apresentou, no exercício de 2012, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor de Relações com Investidores

Histórico: A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A LXTE é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos A Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreendem ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$74.300.000, sendo reajustada anualmente pela ANEEL.

Desempenho Operacional: Transmissão de Energia - Operação: Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 8 concessionárias (LXTE, LMTE, JTE, CPTE, LTMC, IENNE, SLTE e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (LTTE e LITE) estão em construção, as quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais 810 km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em ao menos mais 3 subestações.

Desempenho Econômico-Financeiro: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e

normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFO, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Demonstrações do Resultado (em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de				% Variação 2012/2011
	2012	% Total	2011	% Total	
Receita	658.570	100,00%	462.281	100,00%	42,46%
Custo de construção	(787.375)	(119,56%)	(432.944)	(93,65%)	81,87%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(128.805)	(19,56%)	29.337	6,35%	(539,05%)
Despesas gerais e administrativas	(1.200)	(0,18%)	(2.882)	(0,62%)	(58,36%)
Lucro (Perda) Operacional	(130.005)	(19,74%)	26.455	5,72%	(591,42%)
Despesas Financeiras	(78.073)	(11,85%)	(25.564)	(5,53%)	205,40%
Receitas Financeiras	2.192	0,33%	2.279	0,49%	(3,82%)
Resultado financeiro líquido	(75.881)	(11,52%)	(23.285)	(5,04%)	225,88%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(205.886)	(31,26%)	3.170	0,69%	(6594,83%)
Imposto de Renda e Contribuição Social	70.001	10,63%	1.078	0,23%	6393,60%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(135.885)	(20,63%)	2.092	0,45%	(6595,46%)
Lucro Líquido (prejuízo) por lote de mil ações R\$	(303,04)		11,99		(2627,44%)

A receita operacional líquida aumentou 42,46%, atingindo R\$ 658.570 mil em dezembro de 2012 se comparada com R\$ 462.281 mil em 31 de dezembro de 2011. O aumento da receita deve-se ao fato da Companhia no ano de 2012 ter tido um grande avanço nas obras de construção da transmissora, com isso apurando uma receita de construção maior que em 2011. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 76.359 mil em dezembro de 2012, comparada com R\$ 22.888 mil em dezembro de 2011, onde o aumento de 233,62% é devido pelo reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro em 2012 e o valor do investimento nas obras em 2012. A receita de construção aumentou 33,57%, totalizando R\$ 649.542 mil em dezembro de 2012, comparada com R\$ 486.309 mil em dezembro de 2011, devido ao fato do grande avanço das obras e com isso gerando uma receita maior de construção. Em decorrência dos fatores mencionados acima, no exercício de 2012, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 135.885 mil. **Composição Acionária:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 448.400 milhões, representado por 448.400 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. **Audidores Independentes:** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara que mantém contratada a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2012. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	79.136	43.584
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	56.247	62.794
Impostos a recuperar	849	533
Partes relacionadas (Nota 10)	6.000	-
Despesas pagas antecipadamente (Nota 11)	5.288	19.504
Outros ativos	370	12
	<u>147.890</u>	<u>126.427</u>
Não circulante		
Realizável em longo prazo		
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	1.327.174	601.273
Titulos de renda fixa	1.288	590
Depósitos judiciais (Nota 8)	17.796	7.176
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 17)	71.103	1.101
	<u>1.417.361</u>	<u>610.140</u>
Imobilizado, líquido	2.229	262
	<u>1.419.590</u>	<u>610.402</u>
	<u>1.567.480</u>	<u>736.829</u>

Passivo e patrimônio líquido

	2012	2011
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	132.712	152.460
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	232.624	200.118
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	9.313	2.439
Partes relacionadas (Nota 10)	-	442
Provisões (Nota 15)	131.044	38
	<u>505.693</u>	<u>355.497</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	625.723	153.527
PIS e COFINS diferidos (Nota 16)	122.721	55.391
Outras contas a pagar	2.964	-
	<u>751.408</u>	<u>208.918</u>
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	448.400	174.550
Prejuízos acumulados	(138.021)	(2.136)
	<u>310.379</u>	<u>172.414</u>
	<u>1.567.480</u>	<u>736.829</u>

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Operações continuadas		
Receita (Nota 21)	658.570	462.281
Custo de construção (Nota 22)	(787.375)	(432.944)
Lucro (prejuízo) bruto	<u>(128.805)</u>	<u>29.337</u>
Despesas gerais e administrativas	(1.200)	(2.882)
Lucro (perda) operacional	<u>(130.005)</u>	<u>26.455</u>
Despesas financeiras (Nota 23)	(78.073)	(25.564)
Receitas financeiras (Nota 23)	2.192	2.279
Resultado financeiro líquido	<u>(75.881)</u>	<u>(23.285)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(205.886)</u>	<u>3.170</u>
Impostos		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	70.001	(1.078)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(135.885)</u>	<u>2.092</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	<u>(303,04)</u>	<u>11,99</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	2.560	(4.228)	(1.668)
Aumento de capital (Nota 19)	171.990	-	171.990
Lucro líquido do exercício	-	2.092	2.092
Em 31 de dezembro de 2011	<u>174.550</u>	<u>(2.136)</u>	<u>172.414</u>
Aumento de capital (Nota 19)	273.850	-	273.850
Prejuízo do exercício	-	(135.885)	(135.885)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>448.400</u>	<u>(138.021)</u>	<u>310.379</u>

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Recentas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	725.901	504.279
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos bens construídos e serviços prestados	(787.375)	(428.296)
Serviço de terceiro	(1.200)	(2.882)
Valor adicionado bruto	<u>(62.675)</u>	<u>73.101</u>
Depreciação	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(62.675)</u>	<u>73.101</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	-	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>(62.675)</u>	<u>73.101</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	2.671	(47.724)
Juros e variações cambiais	(75.882)	(23.285)
Outros	-	-
Lucros retidos no período	135.885	(2.092)
Valor adicionado retido	<u>62.675</u>	<u>(73.101)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(135.885)</u>	<u>2.092</u>

Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social diferidos	(70.001)	1.078
PIS e COFINS diferido	67.330	46.916
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(76.359)	(22.888)
Juros dos empréstimos	63.162	21.746
Provisões	131.005	-
Outras despesas financeiras	-	3.818
Depreciação	139	379
Movimentação nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(317)	(470)
Despesas antecipadas	14.216	(12.678)
Adiantamentos a fornecedores	6.547	(60.540)
Depósitos judiciais	(10.620)	(7.176)
Outros ativos	(358)	463
Fornecedores	(19.747)	144.914
Partes relacionadas	(6.442)	(4.176)
Impostos e contribuições a recolher	6.874	2.239
Outros passivos	2.964	(50)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

	<u>(27.492)</u>	<u>115.667</u>
--	-----------------	----------------

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Ativo financeiro - concessão	(649.542)	(486.309)
Titulos de renda fixa	(597)	(590)
Adições do imobilizado	(2.107)	(488)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(652.346)</u>	<u>(487.387)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	617.448	346.362
Amortização dos juros e empréstimos	(164.371)	(182.667)
Custo de transação	(11.537)	-
Aumento de capital	273.850	171.990
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>715.390</u>	<u>335.685</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>43.584</u>	<u>79.619</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>79.136</u>	<u>43.584</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>35.552</u>	<u>(36.035)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Estima-se que a Companhia inicie suas operações em maio de 2013. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 100% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Isolux Engenharia S.A. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes foram aprovados e autorizados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2015. **2. Concessão:** Em 27 de junho de 2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional. Em 31 de dezembro de 2012, apresenta capital circulante líquido negativo e fluxo de caixa operacional negativo. Até que inicie suas operações, a Companhia irá necessitar de suporte financeiro de seus acionistas ou de terceiros. A Companhia para fazer frente aos investimentos futuros já possui um contrato de crédito de longo prazo assinado com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com o Banco da Amazônia (BASA), como descrito na Nota 13, assim como tem comprometido por parte dos acionistas controladores, o aporte de capital próprio em percentual não inferior a 25% dos custos totais do investimento. Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM. **3.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas: (a) Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(ii) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: em empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(ii) Ativos financeiros**

mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorre, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(iii) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iv) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(v) Ativo financeiro**

reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. (c) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4.1. Principais julgamentos e estimativas na aplicação das políticas contábeis:** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. (a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota explicativa nº 4.2. (b) **Reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. (c) **Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. (d) **Determinação das receitas e custos de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. (e) **Provisão para riscos:** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações trimestrais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. (f) **Provisão para custos de construção:** Em caso de contrato oneroso, ou seja quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **4.2. Contrato de concessão:** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo: A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro: (a) Risco de crédito: Salvo pelo ativo financeiro, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelos ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. (b) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. (c) **Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. (d) **Valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação: (i) **Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. (ii) **Financiamentos:** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A.). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31 de dezembro de 2012, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos foram reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos foi celebrado e foram, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o patrimônio líquido. (iv) **Ativo financeiro da concessão:** Os ativos financeiros da concessão estão avaliados pelo custo real incorrido, acrescido da remuneração calculada com base na TIR do empreendimento, uma vez que a empresa encontra-se em fase operacional, ainda não começaram a ser amortizados.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2012	2011
Caixa e bancos	79.136	43.584
	79.136	43.584

7. Adiantamentos a fornecedores: Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:

	2012	2011
Alubar		2.429
ABB	663	1.381
Crompton Graves	56	7.371
Mercotubos		997
NINGBO	1.049	1.102
PLP Produtos	27	708
Prysmian		1.141
SeaTowers		1.383
Sermex	2.657	3.618
Siemens	13.523	22.320
Toshiba	13.805	19.448
URF Comissária		3.818
China National Electric	10.961	543
Outros	9.688	353
	56.247	62.794

8. Depósitos judiciais: O saldo de R\$ 17.796 em 31 de dezembro de 2012 é composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS.

9. Ativo financeiro - concessão:

	2012	2011
Em 1º de janeiro de 2011		92.076
Receita de construção		486.309
Receita financeira		22.888
Em 31 de dezembro de 2011		601.273
Receita de construção		649.542
Receita financeira		76.359
Em 31 de dezembro de 2012		1.327.174

10. Partes relacionadas: Os saldos de partes relacionadas correspondem a:

	2012	2011
ATIVO		
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	6.000	
PASSIVO		
2012	2011	
Isolux Projetos e Participações Ltda.		(442)

11. Despesas pagas antecipadamente: O saldo em 31 de dezembro de 2012 refere-se principalmente aos custos de transação relativos ao estudo e aprovação dos créditos de longo prazo. O saldo em 31 de dezembro de 2011 era composto dos prêmios de seguro não apropriados (R\$ 13.066) e de custos de transação.

12. Fornecedores:

	2012	2011
ABB LTDA.		517
ALUBAR METAIS E CABOS S/A	4.592	11.474
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A		1.360
BRAFER CONSTRUCOES METALICAS S/A	359	
BRAMETAL-BRANDAO METALURGICA		7.148
BRANDAO CONSULTORIA LTDA.	1.184	
COM. NAVEGAÇÃO E SERVIÇO RIO XINGU	346	
CONTRUTORA LORENZONI LTDA.	987	
Costa Fortuna Fundações		937
CROMPTON GREAVES LIMITED	678	3.754
DERIVADOS DE PETROLEO MACHADO LTDA.	1.738	
ESCAVABEM LTDA.	604	
GEOFORT FUNDACOES LTDA.	1.308	
INSEL - CONSULTORIA E ENGENHARIA	393	351
ISOLUX ENERGIA Y PARTICIPACION LTDA.	1.366	1.366
ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTO PARA	454	
J F G VINENTE EPP	434	
M DE J N DE ARAUJO - ME	1.009	
MATAPI LOGISTICA E NAVEGAÇÃO LTDA.	347	
MOURA, RODRIGUES, ADVOGADOS	375	
OCTA SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA.	551	
PROCEL CONSTRUTORA LTDA.	271	1.262
PROSEGUR	960	
PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SIS DO BR		11.201
R. M. PEDRADO COMERCIO	310	
ROMEU TRANSP. LOG.A E TERRAP. LTDA.	169	883
S. G. DA SILVA MENESES	327	
SADESUL PROJETOS CONSTRUÇÕES LTDA.	1.872	
SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMI	4.204	
SARAIVA EQUIPAMENTOS LTDA.	1.334	400
SELMEX SERVIÇOS ELETROMECANICOS	929	
SEQUEIRA ZURITA ADVOCACIA	499	
SERMEX SERVICIO DE MERCADO	634	
SIEMENS LTDA.	1.078	5.258
TLL TRANSPORTE	686	
TOSHIBA TRANSMISSAO E DISTRIB.DO BR	11.731	20.070
WILNAVE TRANSPORTE MULTIMODAL	359	
Outros fornecedores	90.624	86.479
	132.712	152.460

13. Empréstimos e financiamentos: Posição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

	Taxa anual de juros e Comissões - %a.a.	2012	2011
Moeda nacional			
Circulante			
Banco da Amazônia	CDI + 2,0%	150.000	100.000
Banco Alfa	CDI+2,85%	30.000	30.000
Banco ABC	CDI + 5,8%	20.000	
Banco Indusval	CDI + 5,5%	20.000	
Banco do Brasil	CDI+2,8%	42.000	25.000
Juros e comissões a pagar		10.624	5.118
		232.624	200.118

obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram Relatório dos Auditores sobre informações correspondentes em 1º de junho de 2012, sem ressalvas. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ. Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ. Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram Relatório dos Auditores sobre informações correspondentes em 1º de junho de 2012, sem ressalvas. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ. Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ. Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram Relatório dos Auditores sobre informações correspondentes em 1º de junho de 2012, sem ressalvas. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ. Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ. Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram Relatório dos Auditores sobre informações correspondentes em 1º de junho de 2012, sem ressalvas. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ. Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ. Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram Relatório dos Auditores sobre informações correspondentes em 1º de junho de 2012, sem ressalvas. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ. Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ. Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.

	Taxa anual de juros e Comissões - %a.a.	2012	2011
Moeda nacional			
Não circulante			
Banco da Amazônia	10%	151.017	151.017
Banco da Amazônia	TJLP + 0,85%	452.477	
Juros a pagar		38.681	7.396
Custos de transações		(16.423)	(4.886)
		625.723	153.527
		858.347	353.645

Custos de transação (comissões bancárias e IOF): Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas nos exercícios de 2012 e de 2011 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. (a) **Garantias concedidas:** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. (b) **Créditos de longo prazo:** Em 30 de dezembro de 2010 foram assinados os contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 151.017 - Prazo: 240 meses Encargos: Fixo - 10% a.a. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 204 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10 de fevereiro de 2014 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 602.448 - Prazo: 240 meses - Encargos: TJLP 0,85% a.a. Em 2012, a Companhia recebeu o valor de R\$ 452.448 referente ao crédito da SUDAM e tem a expectativa de receber 100% desse financiamento em 2013. **14. Impostos e contribuições a recolher:** Em 31 de dezembro de 2012, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **15. Provisões:** Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de provisões correspondem a:

	2012	2011
Provisão para custos de construção	(125.867)	
Provisão de férias e 13º salário	(5.065)	
Outras provisões	(112)	(38)
	(131.044)	(38)

16. PIS e COFINS diferidos: Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01.

	PIS e COFINS diferidos
Em 31 de dezembro de 2010	8.474
Constituição em 2011	46.917
Em 31 de dezembro de 2011	55.391
Constituição em 2012	67.330
Em 31 de dezembro de 2012	122.721

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

	2012	2011
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(205.886)	3.170
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	70.001	(1.078)

Os valores de impostos de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	IR e CSSL diferidos
Em 31 de dezembro de 2011	1.101
Constituição em 2012	72.315
Em 31 de dezembro de 2012	73.416

18. Incentivos fiscais: Em 5 de dezembro de 2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, pelo qual a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 448.400 mil, está representado por 448.400 mil ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ordinárias
Isolux Energia e Participações S.A.	448.399.999
Isolux Ingeniería S.A.	1

(b) Destinação do resultado: A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 135.885 em 2012, totalizando prejuízos acumulados no final do exercício de R\$ 138.021. Dessa forma, não foram distribuídos dividendos em 2012. **20. Seguros:** A cobertura de seguro foi contratada pelo montante a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Todas as apólices de seguro foram renovadas em janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Garantias FNO	01/06/2011 a 31/12/2012	R\$ 602.448
Garantias FDA	23/03/2011 a 31/12/2012	R\$ 151.017
Engenharia	31/08/2010 a 30/12/2012	R\$ 908.650
Riscos Nomeados Operacionais	31/08/2010 a 30/12/2012	R\$ 1.500
Responsabilidade Civil Geral	01/10/2010 a 30/12/2012	R\$ 10.000

	2012	2011
21. Receita:		
Receita bruta de serviços		
Re		